



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, DA ESPÉCIE SUBORDINADA, COM CONVERSÃO AUTOMÁTICA EM QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA DE FIANÇA E GARANTIA ADICIONAL REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, COM GARANTIA FIRME DE COLOCAÇÃO, DA QC HOLDING II PARTICIPAÇÕES S.A.

7º Oficial de Reg. de Tr. e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica de Capital
DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL

26 AGO. 2010

MICROFILMAGEM

1749483

Pelo presente instrumento particular, como emissora:

(a) QC Holding II Participações S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 12º andar, conjunto 1201 (parte), Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.190.166/0001-34, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

e, como agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas" e, individualmente, "Debenturista");

(b) Planner Trustee DTVM Ltda., instituição financeira com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3900 – 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Agente Fiduciário");

e, como "Intervenientes-Garantidoras":

(c) Qualicorp Corretora de Seguros S.A., com sede na Alameda Santos, 415, 12º andar (parte), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.755.207/0001-15, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("QC Corretora de Seguros");

(d) Qualicorp Administração e Serviços Ltda., com sede na Avenida Paulista, 402, 10º andar (parte), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.609.855/0001-02, neste ato representada na forma de seu contrato social ("QC Administração e Serviços");

(e) Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., com sede na Alameda Santos, 415, 10º, 11º, 12º (parte) e 13º andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.658.098/0001-18, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("QC Administradora de Benefícios", e, em conjunto com QC Corretora de Seguros e QC Administração e Serviços, indistintamente "Fiadoras") e

(f) QC Holding II Participações S.A., conforme qualificada acima, na qualidade de devedora fiduciária ou pignoratícia ("QC Holding II" e quando em conjunto com as Fiadoras, "Garantidoras"),



d#342817 - v6 - c# - a#

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Subordinada, com Conversão Automática em Quirografária, com Garantia de Fiança e Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, com Garantia Firme de Colocação, da QC Holding II Participações S.A.” (respectivamente, “Escritura de Emissão”, “Emissão” e “Debêntures”), que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A emissão das Debêntures de que trata esta Escritura de Emissão e a Oferta Restrita (conforme abaixo definida) foram aprovadas pela Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 17 de agosto de 2010 (“AGE”).

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

A emissão das Debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Ata da AGE

A ata da AGE será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) e publicada no jornal “O Dia” e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

2.2. Inscrição da Escritura

A Escritura e seus eventuais aditamentos serão registrados na JUCESP e arquivados na sede da Emissora, nos termos do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”)

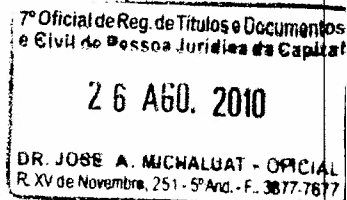
As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Oferta Restrita” e “Instrução CVM 476”, respectivamente) e, por isso, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na CVM.

2.4. Dispensa de Registro na ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

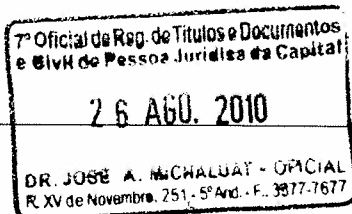
A Emissão não será registrada na ANBIMA, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476, e não haver prospecto, nos termos do §1º do art. 25 do “Código Anbima de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” de 9 de junho de 2010.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

As Debêntures serão registradas para colocação no mercado primário e negociação no mercado secundário no SDT - Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e no SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo as negociações liquidadas e



d#342817 - v6 - c# - a#



as Debêntures custodiadas na CETIP. Não é admitida a negociação nos mercados regulamentados de valores mobiliários por, no mínimo, 90 (noventa) dias da data da subscrição ou aquisição das Debêntures.

2.6. Registro das Garantias Adicionais

2.6.1. O registro do Contrato de Alienação Fiduciária e do Contrato de Penhor (conforme definidos na Cláusula Dez abaixo) será realizado no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sendo ainda o Penhor e a Alienação Fiduciária (conforme definidos na Cláusula Dez abaixo) averbados no Livro de Registro de Ações da Qualicorp Participações S.A., sociedade anônima com sede na Alameda Santos, 415, 14º andar, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.760.307/0001-30 ("Qualicorp"), quando aplicável, nos termos dos artigos 39 e 40 da Lei das Sociedades por Ações.

2.6.2. Em virtude da Fiança prestada na Cláusula 10.1 abaixo, esta Escritura deverá ser registrada no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do domicílio da Emissora, do Agente Fiduciário e das Fiadoras, em até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de obtenção do registro desta Escritura na JUCESP. No prazo de 5 (cinco) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original devidamente registrada.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries

A Emissão será realizada em série única.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor nominal total das Debêntures, na Data de Emissão, conforme abaixo definida, será de R\$ 308.000.000,00 (trezentos e oito milhões de reais) ("Valor Nominal Total").

3.3. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 308 (trezentas e oito) Debêntures.

3.4. Destinação de Recursos

Os recursos obtidos por meio da Emissão de Debêntures serão destinados à aquisição de ações da Qualicorp e ao pagamento dos custos e despesas relacionados à referida aquisição.

3.5. Limite da Emissão

A Emissão não está sujeita aos limites estabelecidos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

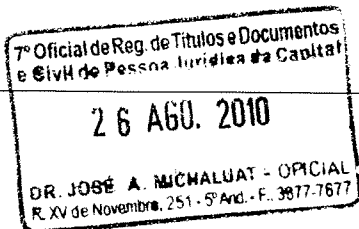
3.6. Número da Emissão

Esta Escritura de Emissão representa a 1ª emissão pública de debêntures da Emissora.

3.7. Banco Mandatário e Agente Escriturador



d#342817 - v6 - c# - a#



O banco mandatário e o agente escriturador da presente Emissão será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Avenida Yara, s/n, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário" e "Agente Escriturador").

3.8. Imunidade de Debenturistas

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação

4.1.1. As Debêntures serão objeto de Oferta Restrita, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador Líder"), nos termos do "Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures" ("Contrato de Distribuição"), celebrado, entre outros, entre a Emissora e o Coordenador Líder.

4.1.2. O plano de distribuição observará os termos da Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados (conforme definido na Instrução CVM 476), sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.1.3. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 25 de agosto de 2010 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

O Valor Nominal Unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

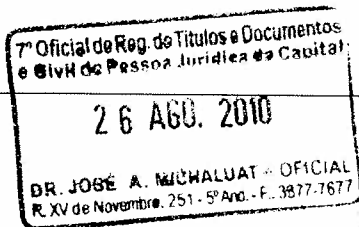
4.4. Forma e Conversibilidade

4.4.1. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.4.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escritura-



d#342817 - v6 - c# - a#



dor. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade para as Debêntures custodiadas no SND o extrato em nome dos titulares das Debêntures emitido pela CETIP.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie subordinada, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.5.2. As Debêntures passarão a ser da espécie quirografária, nos termos do artigo 58, da Lei das Sociedades por Ações, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional, na data em que o Agente Fiduciário confirmar aos Debenturistas que o limite de emissão previsto no artigo 60, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações está atendido. O Agente Fiduciário deverá, na mesma data da confirmação aos Debenturistas, conforme previsto nesta cláusula, enviar comunicação sobre tal confirmação à CETIP, ao Agente Escriturador e ao Banco Mandatário.

4.5.3. Sem prejuízo do disposto no item acima, a Emissora e o Agente Fiduciário obrigam-se a, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que o Agente Fiduciário realizar as confirmações a que se refere o item acima, celebrar aditamento a esta Escritura de Emissão, sem necessidade de realização de assembleias gerais de Debenturistas, exclusivamente para formalizar a modificação da espécie das Debêntures para quirografárias.

4.6. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva integralização.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição por meio dos procedimentos do SDT.

4.7. Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 25 de agosto de 2015 (“Data de Vencimento”), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado.

4.8. Amortização

O Valor Nominal Unitário será amortizado em 5 (cinco) parcelas anuais consecutivas, conforme cronograma abaixo:

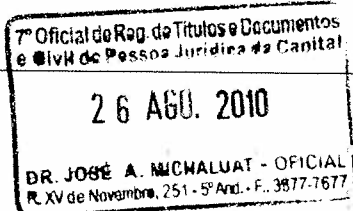
| Nº da Parcela | Data de Pagamento | Percentual* |
|---------------|----------------------|-------------|
| Primeira | 25 de agosto de 2011 | 10,0% |
| Segunda | 25 de agosto de 2012 | 15,0% |
| Terceira | 25 de agosto de 2013 | 20,0% |
| Quarta | 25 de agosto de 2014 | 25,0% |
| Quinta | 25 de agosto de 2015 | 30,0% |

* Os percentuais de amortização incidirão sobre o Valor Nominal Unitário de Emissão.

Nenhum prêmio será aplicado ao pagamento de amortização.



d#342817 - v6 - c# - a#



4.9. Atualização Monetária e Remuneração

4.9.1. O Valor Nominal Unitário da Debênture não será atualizado.

4.9.2. Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100,00% (cem por cento) da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 2,75% (dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano ("Sobretaxa") e, em conjunto com a Taxa DI, a "Remuneração").

4.9.2.1. A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidentes sobre o saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VN_{ex}(FatorJuros - 1)$$

onde:

- J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VN_{ex} = valor nominal de emissão ou saldo do valor nominal da debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- $FatorJuros$ = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread, se houver, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

onde:

- $FatorDI$ = produtório das Taxas DI com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

onde:

- n_{DI} = número total de Taxas DI, sendo " n_{DI} " um número inteiro;
- p = percentual aplicado sobre a Taxa DI Over, informado com 2 (duas) casas decimais;
- TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:



d#342817 - v6 - c# - a#

26 AGO. 2010

DR. JOSE A. MICHALUAT - OFICIAL
R. XV de Novembro, 251 - 5º And. - F. 3977-7677

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n;$

$DI_k =$ Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais.

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos acrescida ao rendimento de uma debênture referenciada em taxas flutuantes, quando não fizer uso de percentual aplicado, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

onde:

spread = 2,7500

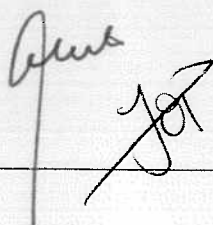
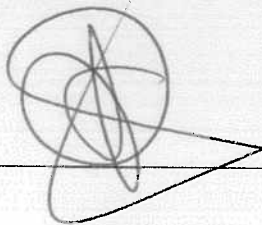
$n =$ número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

$DP =$ número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

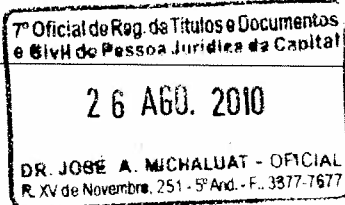
$DT =$ número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo "DT" um número inteiro.

Notas de cálculo:

- i. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo;
- ii. O fator resultante da expressão $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{P}{100} \right) \right]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento;
- iii. Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \left(TDI_k \times \frac{P}{100} \right) \right]$, sendo que, a cada fator diário acumulado, considera-se seu resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;



d#342817 - v6 - c# - a#



dondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

4.9.3. Fará jus à Remuneração o titular da Debênture ao final do dia útil imediatamente anterior às datas previstas no item 4.9.3.1 abaixo.

4.9.3.1 Os valores relativos à Remuneração serão devidos semestralmente, nos dias 25 de fevereiro e 25 de agosto de cada ano. Desta forma, o primeiro pagamento será devido em 25 de fevereiro de 2011 e o último na Data de Vencimento ("Datas de Pagamento da Remuneração").

4.9.3.2 O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso do último Período de Capitalização, e termina na Data de Pagamento de Remuneração correspondente ao período em questão ("Período de Capitalização").

4.9.4. Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração, será aplicada a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto por parte dos Debenturistas, quando da divulgação da Taxa DI disponível.

4.9.4.1 Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis, no caso de extinção da Taxa DI, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 5 (cinco) dias úteis ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas, que será realizada em até 20 (vinte) dias corridos, para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração da Debênture a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.9, observando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.4.2. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.4.1., referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.9, observando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente, para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.4.3. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.4.1, não haja acordo sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures entre a Emissora e os Debenturistas, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar ao Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, sobre qual a alternativa escolhida:



d#342817 - v6 - c# - a#

26 AGO. 2010

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL
R. XV de Novembro, 251 - 5º And. - F. 3877-7677

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração até a data do efetivo resgate. Neste caso, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.9, observando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente; ou
- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estabelecido pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Neste caso, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxa para cálculo da Remuneração, será utilizada a fórmula estabelecida no item 4.9, observando-se a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.10. Repactuação

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, e posteriormente arquivados na JUCESP.

4.12. Resgate Antecipado Facultativo

4.12.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério e a qualquer momento, resgatar antecipadamente as Debêntures, total ou parcialmente, por meio de "Aviso aos Debenturistas" na forma do item 4.18. abaixo, enviado com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis à data do efetivo resgate ("Resgate Antecipado Facultativo"), que deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo, incluindo: (a) a data para o resgate das Debêntures e o efetivo pagamento ao Debenturista ("Data de Resgate"); e (b) demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas, inclusive com relação ao Prêmio previsto no item 4.12.3 abaixo.

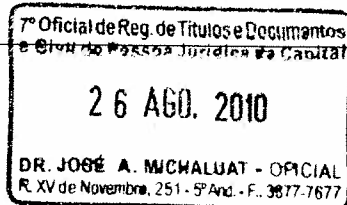
4.12.2. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Facultativo será equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do resgate, acrescido da Remuneração devida e ainda não paga até a data de Resgate Antecipado Facultativo, calculada nos termos do item 4.9 desta Escritura de Emissão, acrescido do prêmio previsto no item 4.12.3 abaixo ("Preço de Resgate").

4.12.3. Em caso de Resgate Antecipado Facultativo pela Emissora, será devido aos Debenturistas um prêmio calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do resgate, nos seguintes percentuais, conforme o caso:

- (i) 0,50% (cinquenta centésimos por cento), se o Resgate Antecipado Facultativo ocorrer até 25 de agosto de 2012, inclusive;
- (ii) 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), se o Resgate Antecipado Facultativo ocorrer entre 26 de agosto de 2012 e 25 de agosto de 2014, inclusive; e
- (iii) 0,00% (zero por cento), não sendo devido qualquer prêmio pela Emissora, se o Resgate Antecipado Facultativo ocorrer a partir de 26 de agosto de 2014, inclusive (sendo os



d#342817 - v6 - c# - a#



subitens (i), (ii) e (iii), em conjunto ou separadamente, denominados de “Prêmio”).

4.12.4. O pagamento do Preço de Resgate deverá ser realizado de acordo com o disposto no item 4.16 abaixo.

4.12.5. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado Facultativo deverão ser canceladas, observada a legislação aplicável.

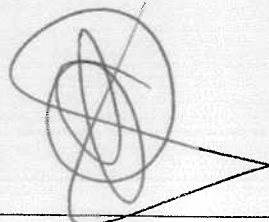
4.12.6. Caso o Resgate Antecipado Facultativo seja parcial, para as Debêntures registradas no SND, o mesmo deverá ser realizado conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”. O Resgate Antecipado Facultativo seguirá os procedimentos acima descritos, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas dos Debenturistas, conforme aplicáveis, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

4.12.7. A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para a realização do Resgate Antecipado Facultativo.

4.13. Vencimento Antecipado

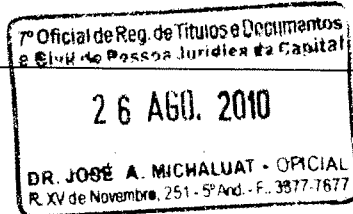
4.13.1. Observado o disposto nos itens 4.13.2 a 4.13.4 abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou a data de vencimento do último Período de Capitalização, ou seja, a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (i) (x) antes de uma Reorganização Societária, se o Grupo Permitido não mantiver o Controle da Emissora, por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação com o direito a voto da Emissora; e (y) depois de uma Reorganização Societária, se qualquer Terceiro obtiver o Controle da Emissora por meio de participação acionária, direta ou indiretamente, de pelo menos 35,0% (trinta e cinco por cento) das ações com o direito a voto da Emissora e, cumulativamente, o Grupo Permitido deixar de exercer o Controle da Emissora. Para os fins desta Escritura entende-se como:
 - a) “Reorganização Societária”, a cisão, fusão, incorporação, venda de participação societária ou qualquer outra reestruturação societária da Emissora e/ou de sua(s) controladora(s), inclusive Oferta Pública de Ações;
 - b) “Oferta Pública de Ações”, a oferta pública de distribuição de ações da Emissora, e/ou sua(s) controladora(s) e/ou sucessora(s) a qualquer título, de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários, para abertura de capital da Emissora e/ou de sua(s) controladora(s) e/ou sucessora(s) a qualquer título;



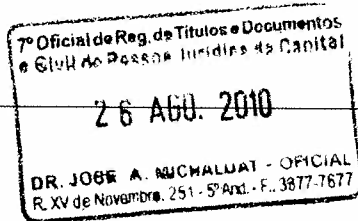
Handwritten signature.

d#342817 - v6 - c# - a#



- c) “Grupo Permitido”, o Grupo Carlyle e o Sr. José Seripieri Filho, ou quaisquer de seus respectivos Afiliados, atuando individual ou conjuntamente;
- d) “Grupo Carlyle”, (i) os Fundos Carlyle e qualquer de seus Afiliados; (ii) qualquer *portfolio company* gerida pelos Fundos Carlyle ou por qualquer de seus Afiliados; (iii) qualquer sócio investidor (quotista) de um fundo de investimento administrado pelos Fundos Carlyle ou por um Afiliado dos Fundos Carlyle; (iv) qualquer Pessoa que seja Controlada direta ou indiretamente pelos Fundos Carlyle ou por uma Afiliada dos Fundos Carlyle; e (v) Carlyle Brasil Consultoria em Investimentos Ltda.;
- e) “Fundos Carlyle”, (i) Carlyle Partners V, L.P., (ii) Carlyle South America Buyout Fund (Delaware), L.L.C., (iii) Carlyle South American Buyout Fund, L.P., (iv) SA Partners, L.P., (v) America do Sul Investimentos, L.P., (vi) Carlyle Partners V SA1 Cayman, L.P.; (vii) Carlyle South America Buyout Fund, L.P., ou qualquer Pessoa que venha a sucedê-los a qualquer título;
- f) “Controle” com relação a uma Pessoa, o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos de administração de tal Pessoa, de fato ou de direito, seja ele exercido, direta ou indiretamente, de forma difusa ou concentrada;
- g) “Terceiro”, qualquer Pessoa que, individual ou conjuntamente, não participe, direta ou indiretamente, do Grupo Permitido;
- h) “Afiliados” com relação a uma Pessoa, qualquer outra Pessoa que, direta ou indiretamente, controle, seja controlada ou esteja sob o mesmo Controle que essa Pessoa e, com relação a uma Pessoa que seja Pessoa física, (i) quaisquer familiares de primeiro ou segundo grau dessa Pessoa, incluindo cônjuge, filhos, netos e irmãos dessa Pessoa e (ii) qualquer fundo (*trust*), sociedade por ações, parceria (*partnership*) ou sociedade limitada em benefício dos acima referidos; e
- i) “Pessoa”, qualquer pessoa física, sociedade por ações, parceria (*partnership*), sociedade limitada, associação, fundo (*trust*), condomínio, fundo de investimento ou outra entidade ou organização, incluindo autoridade governamental;
- (ii) pedido de recuperação judicial e extrajudicial formulado pela Emissora e/ou por seus controladores diretos ou indiretos e/ou por suas controladas e/ou por qualquer dos Garantidoras;
- (iii) extinção, liquidação, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou decretação de falência da Emissora e/ou de seus controladores diretos ou indiretos e controladas, e/ou por qualquer das Garantidoras, sendo que no caso da extinção e/ou liquidação de controladas da Emissora não constituirá vencimento antecipado se a(s) referida(s) controlada(s) não forem materialmente relevantes para continuação dos negócios desenvolvidos pela Emissora;

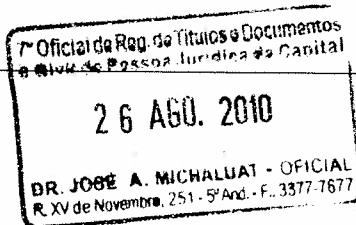




- (iv) não pagamento, relativo às Debêntures, do saldo do Valor Nominal Unitário na Data de Vencimento, e/ou da amortização do Valor Nominal Unitário nas datas programadas conforme previsto na cláusula 4.8 desta Escritura de Emissão, e/ou da Remuneração nas respectivas Datas de Pagamento da Remuneração e/ou do Preço de Resgate na Data de Resgate na hipótese de Resgate Antecipado Facultativo;
- (v) descumprimento de quaisquer obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura de Emissão e não previstas no item anterior;
- (vi) não cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, desde que não sanada no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados da data do respectivo descumprimento, exceto quando houver prazo diverso definido;
- (vii) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, com valor unitário ou agregado em montante igual ou superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), e que não seja sanado no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da intimação da Emissora, acerca do protesto, nos termos da Lei n.º 9.492, de 10 de setembro de 1997, salvo se (a) tal protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, (b) for cancelado, ou, ainda, (c) forem tomadas providências judiciais pela Emissora ou prestadas pela Emissora e aceitas pela autoridade judicial competente, garantias em juízo que suspendam ou extingam a exigibilidade dos títulos;
- (viii) inadimplemento de quaisquer dívidas da Emissora, envolvendo valor, individualmente ou em conjunto, igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), desde que tal inadimplemento não esteja sendo questionado de boa-fé pela Emissora, ou que não seja comprovado o cumprimento da obrigação considerada inadimplida;
- (ix) vencimento antecipado de quaisquer dívidas das Fiadoras envolvendo valor, individualmente ou em conjunto, igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), desde que tal vencimento antecipado não esteja sendo questionado de boa-fé pela respectiva Fiadora, ou que não seja comprovado o cumprimento da obrigação considerada inadimplida;
- (x) não cumprimento pela Emissora, no prazo estabelecido, de decisão condenatória arbitral definitiva, ou judicial transitada em julgado, que, individualmente ou em conjunto, resulte ou possa resultar em obrigação de pagamento pela Emissora de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (xi) vencimento antecipado das debêntures da primeira emissão da QC Corretora de Seguros e da QC Administradora de Benefícios, seja automático ou por declaração do respectivo agente fiduciário e/ou assembleia geral de debenturistas, em cada caso de acordo com a respectiva escritura de emissão;
- (xii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, exceto na ocorrência de Reorganização Societária;



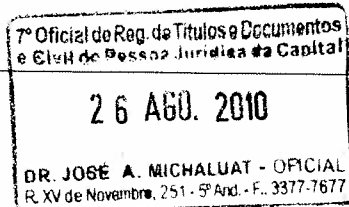
d#342817 - v6 - c# - a#



- (xiii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xiv) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora vigente na data da Escritura de Emissão que venha modificar suas atividades preponderantes;
- (xv) realização de qualquer pagamento de dividendos e/ou juros sobre capital próprio, em montante superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Emissora de cada exercício social;
- (xvi) redução de capital social da Emissora em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, exceto se tal redução de capital for realizada com a finalidade de absorver prejuízos acumulados;
- (xvii) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças relevantes, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas e/ou das Fiadoras, exceto se a Emissora estiver adimplente com suas obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão ou se dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização. Para fins desta Escritura de Emissão, são consideradas relevantes as autorizações e licenças concedidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ("ANS") e pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP");
- (xviii) se as Garantias Adicionais, conforme definido abaixo: (a) forem objeto de questionamento judicial pela Emissora ou por terceiros; (b) não forem devidamente constituídas e mantidas de forma válida, plena, eficaz e exequível; ou (c) de qualquer forma, deixarem de existir ou forem rescindidas; exceto nas hipóteses de não implementação de condições suspensivas e/ou de implementação de condições resolutivas nelas expressamente previstas, observado, ainda, que a substituição das Garantias Adicionais por outras garantias semelhantes em decorrência de reorganizações societárias dentro do Grupo Qualicorp (conforme definido abaixo), desde que previamente aprovada pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, não acarretará o vencimento antecipado das Debêntures;
- (xix) caso haja descumprimento de qualquer obrigação prevista no Contrato de Alienação Fiduciária ou no Contrato de Penhor (conforme definidos abaixo), conforme aplicável, que não seja sanado no prazo previsto no respectivo instrumento; e
- (xx) não observância, pelo Grupo Qualicorp, dos seguintes limites na alavancagem do Grupo Qualicorp nos períodos financeiros correspondentes, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, decorrente do quociente obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA, de no máximo:
 - i) 3,50 vezes para o exercício social de 2010;
 - ii) 3,00 vezes para o primeiro semestre do exercício social de 2011;
 - iii) 2,75 vezes para o segundo semestre do exercício social de 2011;



d#342817 - v6 - c# - a#



- iv) 2,50 vezes para cada semestre no exercício social de 2012; e
- v) 2,00 vezes para cada semestre no exercício social a partir de 2013;

Onde:

a) a alavancagem máxima do Grupo Qualicorp deve ser calculada pela Emissora, com base nas informações financeiras consolidadas do Grupo Qualicorp, ao final de cada semestre e deve ser calculada como o quociente obtido da divisão da sua Dívida Líquida pelo seu EBITDA;

b) “Dívida Líquida” é a somatória da rubrica de empréstimos, financiamentos e debêntures no passivo circulante e não circulante do Grupo Qualicorp, mais a rubrica de operações com derivativos do passivo circulante e não circulante do Grupo Qualicorp, bem como qualquer outra rubrica que se refira à dívida onerosa do Grupo Qualicorp que venha a ser criada, menos a rubrica de operações com derivativos do ativo circulante e não circulante e menos a soma (i) da rubrica de disponibilidades (caixa e equivalentes à caixa) com (ii) as aplicações financeiras em garantia (circulante e não circulante), com base em valores extraídos do balanço patrimonial consolidado do Grupo Qualicorp;

c) “EBITDA” é o lucro operacional antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas mais recentes demonstrações financeiras do Grupo Qualicorp, sendo o EBITDA ajustado para (i) despesas não caixa; (ii) despesas não recorrentes, e (iii) *pro forma* para aquisições feitas nos 12 (doze) meses anteriores, conforme os parâmetros previamente acordados entre a Emissora e o Agente Fiduciário constantes do Anexo I; e

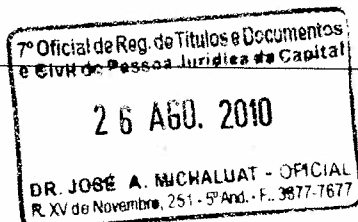
d) fica desde já acordado que o cálculo da alavancagem de que trata este item “xx” será realizado em conjunto pela administração da Emissora e pela administração da QC Corretora de Seguros e da QC Administradora de Benefícios, tendo por base as demonstrações financeiras consolidadas das sociedades do Grupo Qualicorp, semestralmente auditadas ou revisadas por seus respectivos auditores independentes, conforme o caso. O índice financeiro deverá ser disponibilizado ao Agente Fiduciário em até 3 (três) meses após o encerramento de cada semestre, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais índices financeiros, e de declaração assinada por dois diretores atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura de Emissão, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

4.13.1.1. Para fins desta Escritura de Emissão, “Grupo Qualicorp” significa, conjuntamente, a Emissora, as Garantidoras e quaisquer de suas respectivas subsidiárias, bem como quaisquer outras sociedades que, em decorrência de reorganização societária, venham a se tornar subsidiárias ou, ainda, substituir a Emissora e/ou qualquer das Garantidoras.

4.13.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas i, ii, iii, iv, xi e xiii do item 4.13.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer notificação.



d#342817 - v6 - c# - a#



4.13.3. Na ocorrência dos eventos previstos nas demais alíneas do item 4.13.1 acima, o Agente Fiduciário deverá publicar a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar do momento em que tomar ciência do evento ou for assim informado pelos Debenturistas, para deliberar sobre a eventual não decretação de vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo legal.

4.13.4. Na Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.13.3 acima, que será instalada observado o quorum previsto na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, os Debenturistas poderão optar por não declarar o vencimento antecipado das Debêntures. Caso a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, não seja, por qualquer motivo, aprovada por 50% (cinquenta por cento) mais uma Debênture em circulação em até 30 (trinta) dias contados da convocação da assembleia referida acima (ou em outro prazo maior que venha a ser definido pela Assembleia Geral de Debenturistas, se for o caso), o Agente Fiduciário deverá tomar as providências previstas no item 4.13.5 abaixo.

4.13.4.1 Independente do disposto no item 4.13.4 acima e sem prejuízo do item 11.1 abaixo, a não instalação das referidas Assembleias Gerais de Debenturistas por falta de quorum será interpretada pelo Agente Fiduciário como uma opção dos Debenturistas em declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

4.13.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou a data de vencimento do último Período de Capitalização, ou seja, a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da Notificação de Vencimento Antecipado a ser encaminhada pelo Agente Fiduciário.

4.13.6. A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência do pagamento referido no item 4.13.5. acima.

4.14. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento (“Encargos Moratórios”).

4.15. Atraso no Recebimento dos Pagamentos

Sem prejuízo do disposto no item 4.14 supra, o não comparecimento do titular das Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.



d#342817 - v6 - c# - a#

26 AGO. 2010

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL
R. XV de Novembro, 251 - 5º And. - F. 3877-7677

4.16. Local de Pagamento

Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora, nos termos desta Escritura, serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP, quando esses títulos estiverem custodiados no SND. As Debêntures que não estiverem custodiadas no SND terão seus pagamentos efetuados junto ao Banco Mandatário.

4.17. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.18. Publicidade

Todos os atos e decisões relativos às Debêntures que, de qualquer forma, vierem a envolver os interesses dos Debenturistas deverão ser, obrigatoriamente, comunicados ao Agente Fiduciário sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" nos termos da Cláusula Nona abaixo, devendo, ainda, serem publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, na forma de aviso e quando exigido pela legislação, e no jornal "O Dia", observado o estabelecido no artigo 289 da Lei nº 6.404/76 e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da oferta pública das Debêntures e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

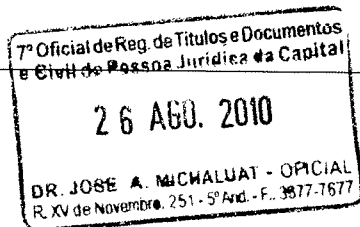
Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- (a) Fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (i) dentro de, no máximo, 3 (três) meses após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, e cópia de suas informações anuais, conforme exigidas pela Instrução CVM 476;
 - (ii) dentro de 3 (três) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão. Fica certo e ajustado que, em função de eventual complexidade e/ou dificuldade de obtenção das informações que venham a ser solicitadas nos termos deste item, a Emissora e o Agente Fiduciário negociarão de boa-fé prazo mais longo para a obtenção das informações solicitadas;
 - (iii) avisos aos titulares das Debêntures, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesses dos titulares das Debêntures, no prazo de



d#342817 - v6 - c# - a#

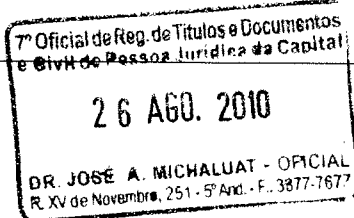


5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;

- (iv) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data do descumprimento;
 - (v) memória de cálculo e apresentar as justificativas para as adições e exclusões consideradas no cálculo da Dívida Líquida e do EBITDA ajustado do Grupo Qualicorp para fins de verificação dos índices financeiros estabelecidos no item 4.13.1 acima;
 - (vi) em até 10 (dez) dias úteis após seu recebimento, cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora que possa resultar em um impacto financeiro na Emissora superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) e que venha a causar um efeito relevante adverso nos seus negócios, à sua situação financeira e ao resultado de suas operações; e
 - (vii) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
 - (c) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.13 desta Escritura de Emissão;
 - (d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
 - (e) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
 - (f) comunicar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
 - (g) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam, a seu critério, afetar material e negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
 - (h) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes da Emissora e de mercado;



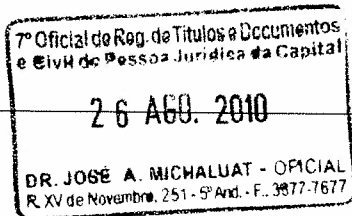
d#342817 - v6 - c# - a#



- (i) comparecer a Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitada e convocada nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão;
- (j) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (k) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto com relação a descumprimentos que, razoavelmente, não seria esperado que tivessem efeito materialmente adverso nos negócios ou na condição financeira do Grupo Qualicorp;
- (l) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que tange à destinação dos recursos captados por meio da Emissão;
- (m) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Escriturador, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND, bem como todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures que não estejam incluídas nas remunerações e/ou escopo dos serviços prestados pelo Banco Mandatário, pelo Agente Escriturador e/ou pelo Agente Fiduciário;
- (n) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (o) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, desde que previamente aprovadas pela Emissora, a qual não deverá recusar o pagamento imotivadamente, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (p) manter sempre válidas e em vigor as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora, exceto com relação a licenças e autorizações que, razoavelmente, não seria esperado que tivessem efeito materialmente adverso nos negócios ou na condição financeira do Grupo Qualicorp;
- (q) observar os limites de emissão prescritos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, se for o caso;
- (r) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM, especialmente a Instrução CVM 476;
- (s) observar as disposições da Instrução CVM 358 no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação, bem como divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder;



d#342817 - v6 - c# - a#



- (t) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor independente registrado na CVM;
- (u) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (v) fornecer todas as informações que vierem a ser solicitadas pela CVM ou pela CETIP;
- (w) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; e
- (x) manter os documentos mencionados na alínea (r) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos contados de sua emissão.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

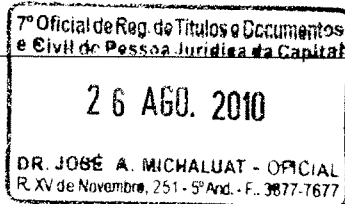
6.1. A Emissora nomeia e constitui o Agente Fiduciário, devidamente qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a presente nomeação, para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 (“Instrução CVM 28”);
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão; e



d#342817 - v6 - c# - a#



- (j) verificou a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação integral das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.3.1. A remuneração prevista no item 6.4 abaixo será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, a seguinte remuneração:

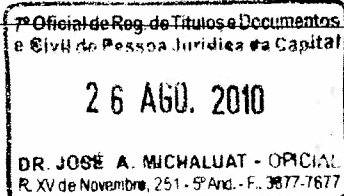
- (a) Parcelas trimestrais de R\$ 4.125,00 (quatro mil, cento e vinte e cinco reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto) dia após a integralização das Debêntures e as demais parcelas no mesmo dia dos trimestres subsequentes;
- (b) As parcelas de remuneração serão acrescidas dos seguintes tributos: ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros que venham a incidir sobre referida remuneração, excetuando-se o Imposto de Renda nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (c) As parcelas referidas acima serão atualizadas, se for o caso, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada “pro rata temporis”; e
- (d) A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora em nome dos credores.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (e) proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (f) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (g) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (h) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;



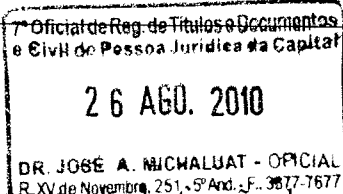
d#342817 - v6 - c# - a#



- (i) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (j) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares das Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (k) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, às expensas da Emissora, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (l) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (m) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas;
- (n) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (o) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações, sendo que, para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
 - a. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - b. alterações estatutárias ocorridas no período;
 - c. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - d. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - e. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - f. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário da Emissão;
 - g. pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e

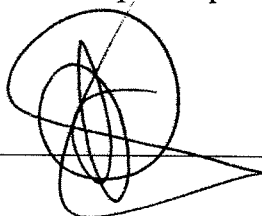


d#342817 - v6 - c# - a#



- h. acompanhar ~~dentro da destinação dos recursos~~ captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- (p) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (k) acima aos titulares das Debêntures dentro dos 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social da Emissora. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- a. na sede da Emissora;
 - b. na sede do Agente Fiduciário;
 - c. na CVM; e
 - d. na sede do Coordenador Líder;
- (q) comunicar aos titulares das Debêntures que o relatório referido na alínea (k) acima se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (r) manter atualizada a relação dos titulares das Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Agente Escriturador e à CETIP;
- (s) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (t) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos;
- (u) verificar a regularidade da constituição das Garantias Adicionais, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (v) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, quando esta estiver autorizada pela Escritura de Emissão, manifestando a sua expressa e justificada concordância;
- (w) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (x) acompanhar com o Banco Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão;
- (y) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações; e
- (z) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures.

6.6. No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula Quarta acima, conforme apli-



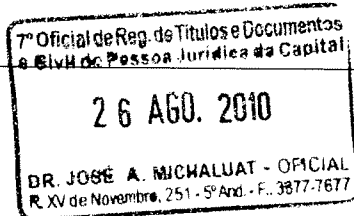
qu

JP

d#342817 - v6 - c# - a#

JP

Z



cáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de todo e qualquer procedimento judicial ou extrajudicial contra a Emissora para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo, para tanto:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) executar a Alienação Fiduciária ou o Penhor, conforme o caso, aplicando o produto no pagamento integral ou proporcional dos titulares das Debêntures;
- (c) requerer a falência da Emissora;
- (d) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares das Debêntures; e
- (e) representar os titulares das Debêntures em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial, intervenção ou liquidação da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário, observado o disposto no item 4.13 desta Escritura de Emissão, somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima, se convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da alínea (e) será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, pelos titulares das Debêntures ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares das Debêntures, pedindo sua substituição.

6.7.2. É facultado aos titulares das Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.7.3. Caso ocorra à efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.



d#342817 - v6 - c# - a#

26 ABO. 2010

DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL
R. XV de Novembro, 251 - 5ª And. - F. 3677-7677

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.11.

6.7.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares das Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.18 acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada (a) pelo Agente Fiduciário; (b) pela Emissora; (c) por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures; ou (d) pela CVM.

7.3. A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

7.4. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures.

7.5. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto no item 7.6. abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação.

7.6. Não estão incluídos no quorum a que se refere o item anterior:

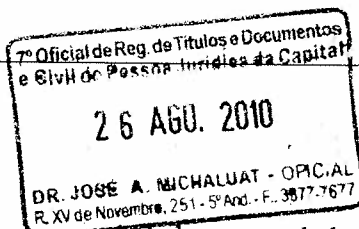
(a) os quoruns expressamente previstos nesta Escritura de Emissão; e

(b) as deliberações que impliquem (i) alteração dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (ii) alteração da Remuneração; (iii) alteração de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (iv) alteração da espécie das Debêntures (exceto com relação ao disposto no item 4.5 desta Escritura de Emissão); e/ou (v) criação de evento de repactuação das Debêntures; as quais deverão ser aprovadas por Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao



d#342817 - v6 - c# - a#



seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e seus parentes até o segundo grau.

7.8. Para fins de apuração do quorum de deliberação em qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, além do disposto no item 7.6 acima, também serão desconsiderados os votos em branco.

7.9. Os representantes legais da Emissora poderão sempre frequentar as Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

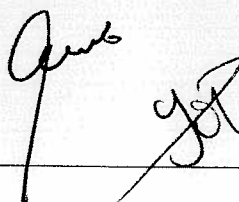
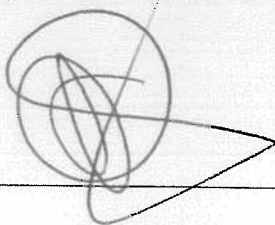
7.11. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia.

7.12. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre as assembleias gerais de acionistas.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

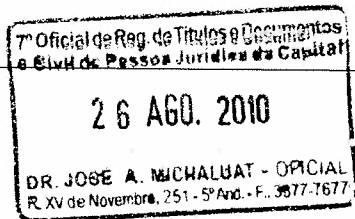
8.1. A Emissora e cada uma das Garantidoras, no que for aplicável, neste ato declaram que:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, exceto com relação a QC Administração e Serviços, que é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade de responsabilidade limitada;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as regulatórias e societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição, o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e a emissão e a colocação das Debêntures não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (i-i) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades, exceto com relação a infrações ou contrariedades que, razoavelmente, não seria esperado que ti-



d#342817 - v6 - c# - a#





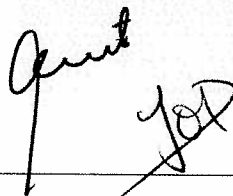
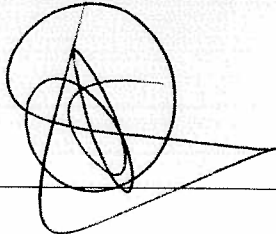
vessem efeito materialmente adverso nos negócios ou na condição financeira do Grupo Qualicorp;

- (e) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas, exceto com relação a autorizações e licenças que, razoavelmente, não seria esperado que tivessem efeito materialmente adverso nos negócios ou na condição financeira do Grupo Qualicorp;
- (f) salvo nos casos em que, de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, exceto com relação a descumprimentos que, razoavelmente, não seria esperado que tivessem efeito materialmente adverso nos negócios ou na condição financeira do Grupo Qualicorp;
- (g) as demonstrações financeiras e informações semestrais da Emissora disponíveis representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (h) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo a obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.4 desta Escritura de Emissão;
- (i) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (j) não realizará outra oferta pública de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e
- (k) esta Escritura de Emissão e a Fiança prevista no item 10.1 abaixo constituem obrigações legais, válidas e vinculativas da Emissora e das Garantidoras, respectivamente, exequíveis de acordo com os seus termos e condições.

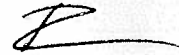
8.1.1. A Emissora se obriga, de forma irrevogável e irretratável, a comunicar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

Cláusula Nona – DAS COMUNICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitas por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:



d#342817 - v6 - c# - a#



Para a Emissora:

QC Holding II Participações S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900, 12º andar, conjunto 1201 (parte)

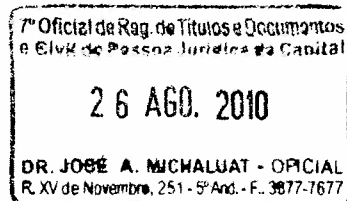
São Paulo – SP, CEP 04538-132

At.: Fernando de Oliveira Pinto

Tel.: (11) 3568-7727

Fax : (11) 3568-7750

E-mail: fernando.pinto@carlyle.com



Para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee DTVM Ltda.

Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3900 – 10º andar

São Paulo – SP, CEP 04538-132

At.: Viviane Rodrigues

Tel.: (11) 2172-2628

Fax : (11) 3078-7264

E-mail: vrodrigues@plannercorretora.com.br

Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:

Banco Bradesco S.A.

Vila Yara s/n, Prédio Amarelo, 2º andar, Cidade de Deus, Osasco – SP, CEP 06029-900

At.: Sr. José Donizetti de Oliveira

Tel.: (11) 3684-3749

Fax: (11) 3684-5646

E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br ou 4010.donizetti@bradesco.com.br

9.2. As comunicações referentes à esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo, com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

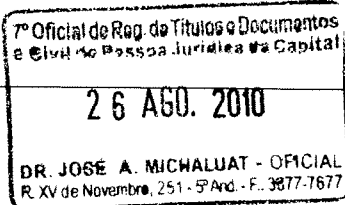
Cláusula Dez – DAS GARANTIAS ADICIONAIS

10.1. Fiança

10.1.1 As Debêntures da presente Emissão, e as obrigações assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, são garantidas por fiança, constituída neste ato, prestada pelas Fiadoras qualificadas no preâmbulo desta Escritura de Emissão que, por este instrumento e na melhor forma de direito, se obrigam na qualidade de devedoras solidárias e principal pagadoras de todas as obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 818 da Lei nº 10.406,



d#342817 - v6 - c# - a#



de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), até sua final liquidação, com renúncia expressa aos benefícios previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 827, 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil, e os artigos 77 e 595, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada, pelas obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão ("Fiança").

10.1.2. As Fiadoras declaram e garantem que (i) a prestação desta Fiança foi devidamente autorizada por seus respectivos órgãos societários competentes; e (ii) todas as autorizações necessárias para prestação desta Fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor.

10.1.3. A Fiança aqui referida é prestada pelas Fiadoras em caráter irrevogável e irretratável e vigorará enquanto houver Debêntures em circulação, ou, no caso de vencimento, até o integral cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão.

10.1.4. As Fiadoras, desde já, reconhecem como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil, a data do cumprimento integral de todas as obrigações da Emissora decorrentes das Debêntures, conforme os termos desta Escritura.

10.1.5. Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto.

10.1.6. As Fiadoras firmam esta Escritura de Emissão declarando conhecer e concordar com todos os seus termos e condições.

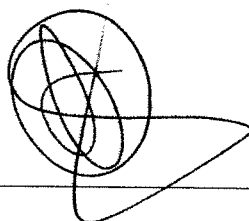
10.1.7. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação do valor garantido.

10.1.8. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelas Fiadoras com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

10.2. Garantia Adicional

10.2.1. As Debêntures da presente Emissão e as obrigações assumidas pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão também serão garantidas por penhor ou alienação fiduciária de ações de emissão da Qualicorp ("Ações"), conforme o caso, de propriedade da QC Holding II ("Penhor" e "Alienação Fiduciária", respectivamente, e ambos referidos em conjunto e indistintamente com a Fiança como "Garantias Adicionais"), perdurando o Penhor e/ou a Alienação Fiduciária, conforme descrito abaixo, enquanto houver Debêntures em circulação, ou, no caso de vencimento, até o integral cumprimento, pela Emissora e pela QC Holding II, de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão e do "Instrumento Particular de Penhor de Ações com Condição Resolutiva e Outras Avenças" ("Contrato de Penhor") e/ou do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia com Condição Suspensiva e Outras Avenças" ("Contrato de Alienação Fiduciária"), respectivamente.

10.2.2. A eficácia, nos termos do artigo 125 do Código Civil, do Contrato de Penhor dependerá da efetiva transferência do controle societário da Qualicorp para a QC Holding II, mediante assinatura dos respectivos termos de transferência de ações no Livro Registro de Transferência de Ações Nominativas da Qualicorp e a averbação da transferência das Ações para a QC Holding II no Livro Registro de Ações Nominativas da Qualicorp ("Condição Suspensiva"). Em até 10 (dez)



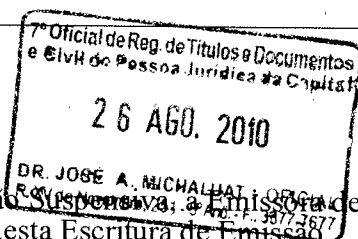
Handwritten signature and initials.

d#342817 - v6 - c# - a#

Handwritten mark.

Handwritten mark.

Handwritten mark.



dias da implementação da Condição Suspensiva, a Emissora deverá levar a registro o Contrato de Penhor nos termos do item 2.6.1. desta Escritura de Emissão.

10.2.3. O Contrato de Penhor vigorará, nos termos do artigo 127 do Código Civil, até (i) a obtenção da autorização ou concessão de dispensa, pela ANS, para a constituição da Alienação Fiduciária, e (ii) a devida constituição da Alienação Fiduciária de forma válida, plena e exeqüível ("Condição Resolutiva"). Em até 10 (dez) dias da obtenção da autorização ou da dispensa, conforme referido acima, a Emissora deverá levar a registro o Contrato de Alienação Fiduciária nos termos do item 2.6.1 desta Escritura.

10.2.4. Com o implemento da Condição Resolutiva descrita acima, o Contrato de Alienação Fiduciária passará a vigorar e garantir as obrigações decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão em substituição ao Contrato de Penhor.

10.2.5. A Emissora deverá entregar ao Agente Fiduciário documentos que comprovem o cumprimento das formalidades estabelecidas nesta cláusula no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de encerramento dos prazos indicados nos respectivos itens.

10.2.6. Os demais termos e condições do Penhor e da Alienação Fiduciária estão estabelecidos no Contrato de Penhor e no Contrato de Alienação Fiduciária, respectivamente.

Cláusula Onze - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares das Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

11.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

11.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

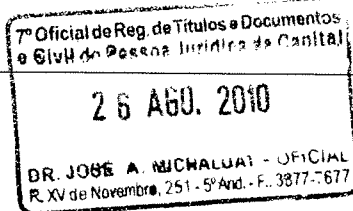
11.4. A presente Escritura de Emissão, a Fiança e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

11.5. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

11.6. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento



d#342817 - v6 - c# - a#



ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

11.7. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura, da Fiança e da Garantia Adicional e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

Cláusula Doze – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro central da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário, em 6 (seis) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

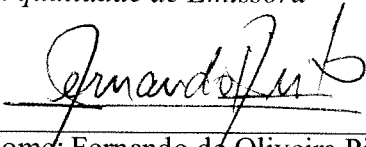
São Paulo, 17 de agosto de 2010

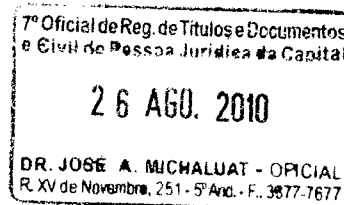


d#342817 - v6 - c# - a#

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Subordinada, com Conversão Automática em Quirografária, com Garantia de Fiança e Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, com Garantia Firme de Colocação, da QC Holding II Participações S.A., celebrada entre QC Holding II Participações S.A., Planner Trustee DTVM Ltda., Qualicorp Corretora de Seguros S.A., Qualicorp Administração e Serviços Ltda. e Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., em 17 de agosto de 2010.

QC Holding II Participações S.A.
na qualidade de Emissora

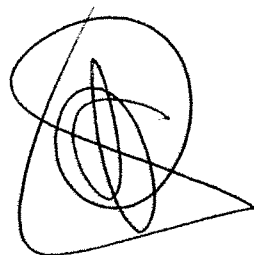

Nome: Fernando de Oliveira Pinto
Cargo: Diretor











d#342817 - v6 - c# - a#



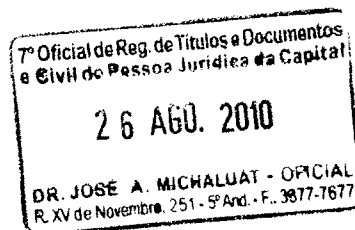


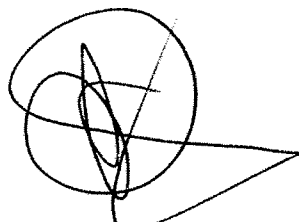

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Subordinada, com Conversão Automática em Quirografária, com Garantia de Fiança e Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, com Garantia Firme de Colocação, da QC Holding II Participações S.A., celebrada entre QC Holding II Participações S.A., Planner Trustee DTVM Ltda., Qualicorp Corretora de Seguros S.A., Qualicorp Administração e Serviços Ltda. e Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., em 17 de agosto de 2010.

Planner Trustee DTVM Ltda.
na qualidade de Agente Fiduciário

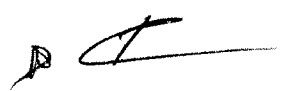

Nome: _____
Cargo: Viviane Rodrigues
Diretora


Nome: Flávio D. Aguetoni
Cargo: PROCURADOR



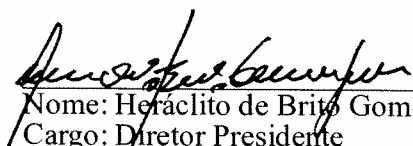



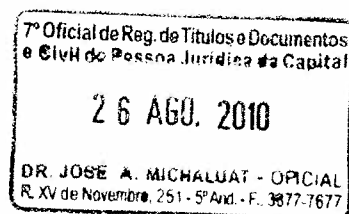
d#342817 - v6 - c# - a#



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Subordinada, com Conversão Automática em Quirografária, com Garantia de Fiança e Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, com Garantia Firme de Colocação, da QC Holding II Participações S.A., celebrada entre QC Holding II Participações S.A., Planner Trustee DTVM Ltda., Qualicorp Corretora de Seguros S.A., Qualicorp Administração e Serviços Ltda. e Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., em 17 de agosto de 2010.

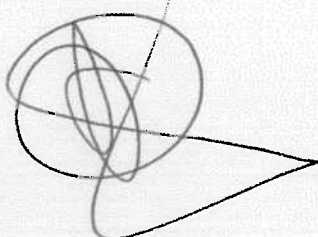
Qualicorp Corretora de Seguros S.A.
na qualidade de Fiadora


Nome: Heráclito de Brito Gomes Júnior
Cargo: Diretor Presidente











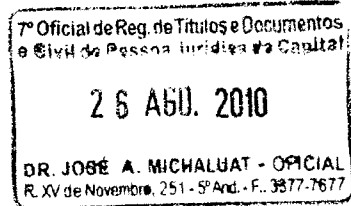
d#342817 - v6 - c# - a#



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Subordinada, com Conversão Automática em Quirografária, com Garantia de Fiança e Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, com Garantia Firme de Colocação, da QC Holding II Participações S.A., celebrada entre QC Holding II Participações S.A., Planner Trustee DTVM Ltda., Qualicorp Corretora de Seguros S.A., Qualicorp Administração e Serviços Ltda. e Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., em 17 de agosto de 2010.

Qualicorp Administração e Serviços Ltda.
na qualidade de Fiançadora


Nome:
Cargo:

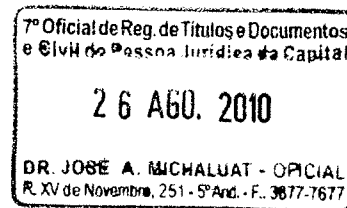


d#342817 - v6 - c# - a#

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Subordinada, com Conversão Automática em Quirografária, com Garantia de Fiança e Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, com Garantia Firme de Colocação, da QC Holding II Participações S.A., celebrada entre QC Holding II Participações S.A., Planner Trustee DTVM Ltda., Qualicorp Corretora de Seguros S.A., Qualicorp Administração e Serviços Ltda. e Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., em 17 de agosto de 2010.

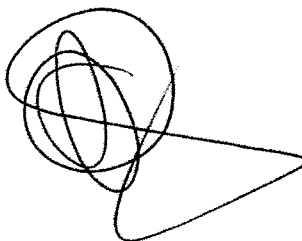
Qualicorp Administradora de Benefícios S.A.
na qualidade de Fiadora


Nome: Horáclito de Brito Gomes Júnior
Cargo: Diretor Presidente









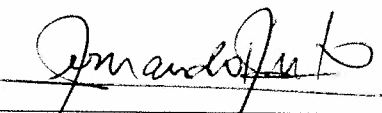


d#342817 - v6 - c# - a#



Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Subordinada, com Conversão Automática em Quirografária, com Garantia de Fiança e Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, com Garantia Firme de Colocação, da QC Holding II Participações S.A., celebrada entre QC Holding II Participações S.A., Planner Trustee DTVM Ltda., Qualicorp Corretora de Seguros S.A., Qualicorp Administração e Serviços Ltda. e Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., em 17 de agosto de 2010.

QC Holding II Participações S.A.
na qualidade de devedora fiduciária ou pignoratícia


Nome: Fernando de Oliveira Pinto
Cargo: Diretor



OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Rua XV de novembro, 251 5º andar - São Paulo - SP - Tel.: 3377-7677

Apresentado hoje, Protocolado e Registrado em MICROFILME sob

nº 1.749.483

São Paulo, 26 de Agosto de 2010

Serventário R\$ 6.636,68

Ao Estado R\$ 1.886,22

IPESP R\$ 1.397,20

Registro Civil R\$ 349,30

TJ R\$ 349,30

Total pago R\$ 0.618,69

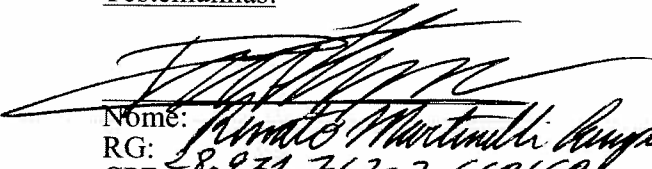
Oficial Bel JOSÉ ANTONIO MACHALBAT


Selos e Taxas recolhidos por quem

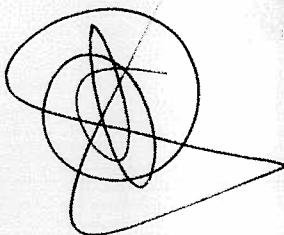


1 7 4 9 4 8 3

Testemunhas:


Nome: Cristiano Martins de Aguiar
RG: 28.971.763-2 SSP/SP
CPF: 042.566.684-03


Nome: CRISTINA DIAS
RG: 17.597.564
CPF: 125.676.008-04



d#342817 - v6 - c# - a#

Anexo I ao Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, da Espécie Subordinada, com Conversão Automática em Quirografária, com Garantia de Fiança e Garantia Adicional Real, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, com Garantia Firme de Colocação, da QC Holding II Participações S.A., celebrada entre QC Holding II Participações S.A., Planner Trustee DTVM Ltda., Qualicorp Corretora de Seguros S.A., Qualicorp Administração e Serviços Ltda. e Qualicorp Administradora de Benefícios S.A., em 17 de agosto de 2010.

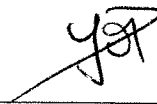
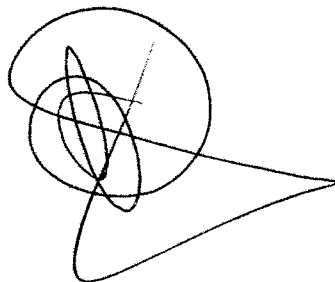
7º Oficial de Reg. de T.R. e Documentos
e Civil de Pessoas Jurídicas da Capital
DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL

26 AGO. 2010

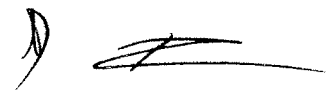
MICROFILMAGEM

1749483

ANEXO I – PARÂMETROS PARA AJUSTE DE EBITDA



d#342817 - v6 - c# - a#



ANEXO I – PARÂMETROS PARA AJUSTE DE EBITDA

ÍNDICES FINANCEIROS

Em relação à Clausula 4.13 item (xx) (c) da Escritura de Emissão:

“EBITDA” é o lucro operacional antes de juros, tributos, amortização e depreciação ao longo dos últimos 12 (doze) meses, conforme cada item seja reportado nas mais recentes demonstrações financeiras do Grupo Qualicorp, sendo o EBITDA ajustado para (i) despesas não caixa; (ii) despesas não recorrentes, e (iii) pro forma para aquisições feitas nos 12 (doze) meses anteriores, conforme os parâmetros previamente acordados entre a Emissora e o Agente Fiduciário constantes do Anexo I;

Fica estabelecido que, para os ajustes mencionados nos itens “(i)”, “(ii)” e “(iii)” serão adicionados ou excluídos, conforme o caso, as seguintes rubricas:

- i) Reclassificação de itens não operacionais
 - o Juros por atraso nos pagamentos (recorrente)
 - o Tarifas bancárias (recorrente)
 - o Benefícios fiscais utilizados como investimentos em marketing (recorrente, ref.: Lei Rouanet)
 - o Taxas de administração
 - o Remuneração de membros independentes do conselho de administração
 - o Demais itens não operacionais e não recorrentes
- ii) Ajustes para itens que não afetam o caixa
 - o Contingências
 - o Remuneração não caixa em plano de opções
 - o Demais itens que não afetam o caixa
- iii) Ajustes de itens não recorrentes
 - o (Ganhos) / Perdas na venda de ativos fixos
 - o Provisões trabalhistas para desligamento de Diretores e Empregados
 - o "Signing Bonus" de gestores
 - o Gastos com consultoria referentes às aquisições
 - o Gastos com reestruturações societárias
 - o Outras consultorias não recorrentes
 - o Outsourcing do call center
 - o Despesas relacionadas com IPO
 - o Patrocínio não recorrente de eventos e outros
 - o Demais itens não recorrentes
- iv) Impacto das Aquisições
 - o Impacto das aquisições de 2009
 - o Impacto das aquisições de 2010
 - o Impacto de aquisições futuras

7º Oficial de Reg. de Tr. e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica de Capital
DR. JOSÉ A. MICHALUAT - OFICIAL

26 AGO. 2010

MICROFILMAGEM

1749483

